

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

Balanco patrimonial em 31/12/22 (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado Período de 26/04/22 a 31/12/22 (Em milhares de reais)		Demonstração dos fluxos de caixa Período de 26/04/22 a 31/12/22 (Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2022	Nota	31/12/2022	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.415	11	(27.956)	
Impostos a recuperar		317	12	(2.848)	
Adiantamento a fornecedores	5	4.291			(33.121)
Despesas Antecipadas		257			
Total do ativo circulante		23.280			
Não circulante					
Imobilizado	6	64.679	13	(1.995)	
Direito de uso	9	343.547	13	175	
Total do ativo não circulante		408.226			
Total do ativo	Nota	31/12/2022			
		431.506			
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	7	2.688			
Arrendamentos	8	7.222			
Debêntures	9	6.573			
Obrigações tributárias		417			
Obrigações trabalhistas		1.156			
Outras contas a pagar	7	2.863			
Total do passivo circulante		74.579			
Não circulante					
Debêntures	9	53.860			
Arrendamentos	8	350.048			
Total do passivo não circulante		350.048			
Patrimônio líquido					
Capital social	10	40.000			
Prejuízos acumulados		(33.121)			
Total do patrimônio líquido		6.879			
Total do passivo e patrimônio líquido		431.506			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/22 (Em milhares de reais)					
<p>1. Contexto operacional: Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. ("Aliseo" e/ou "Cia.") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26/04/22, com sede em São João da Barra/RJ. A Cia. tem como objeto social, oferecer soluções logísticas, serviços de energia, e infraestrutura atuando no mercado portuário de óleo e gás e integração logística. Aliseo é oriunda do Consórcio 31 Flexíveis, formado em 2021 por Transdata e Splenda Offshore para implementar uma base de apoio offshore no Porto do Açú (BAÇU). Aliseo surge a partir de uma união de Cia.s consolidadas e reconhecidas no mercado Offshore de suporte ao offshore, nascendo com décadas de expertise e solidez. A Cia. opera de forma estratégica, otimizando processos, recursos e impacto ambiental. Splenda Port: Splenda Offshore é uma holding de participações em empresas de logística. Começou a atuar em 2019 adquirindo da TechnipFMC as empresas TPAR S.A. e TOP S.A., titulares da concessão para operar o Porto de Angra dos Reis e detentoras de ativos ligados a operações portuárias. Sinergias com a experiência do time Splenda Offshore em pouco tempo permitiram a ampliação das operações de TPAR e TOP no Porto de Angra dos Reis e para outros portos, com destaque para o apoio à indústria offshore de óleo e gás. A Splenda Port Group se posicionou com operações em três pontos estratégicos para atendimento a setor de petróleo e gás na região Sudeste. O grupo, que atua como concessionário do Terminal Portuário de Angra dos Reis (TPAR) e operador no Porto do Forno, em Arraial do Cabo (RJ), venceu recentemente a concorrência da Petrobras para operar o Porto de Imbetiba, em Macaé (RJ). A empresa acredita que o Norte Fluminense oferece três oportunidades principais relacionadas à logística de gás, aos desinvestimentos de campos maduros pela Petrobras, que através de empresas, e aos trabalhos técnicos de descomissionamento que devem começar em 2021. TPAR (Terminal Portuário de Angra dos Reis S/A): O Porto de Angra dos Reis é um Porto Público, arrendado ao grupo Splenda através de sua controlada TPAR - Terminal Portuário de Angra dos Reis S/A. A principais vantagens comparativas são a localização estratégica devido à proximidade com o pré-sal que permite a redução de até 40% no consumo de combustível, o cais de 400 metros, além do calado que é capaz de receber embarcações de grande porte, tais como PLSV's sondas de perfuração, LUMS's e navios Heavy Lift, TOP (Operadora Portuária); Em Angra dos Reis, a TPAR opera para empresas como SBM, Maersk, Vallourec, Karpowership, Fronape, Transocean, Posh e Schlumberger. No Porto do Forno, opera para a Sal Cisne. No Porto de Imbetiba, é a operadora portuária contratada pela Petrobras. Transdata: A Transdata desenvolve soluções de engenharia e movimentação, equipamentos e mão-de-obra altamente especializada para movimentação de cargas complexas e pesadas. Possui papel relevante na implantação das maiores obras estruturais do país, tais como refinarias, estaleiros, parques eólicos, hidrelétricas, instalações industriais e siderúrgicas. A premiação de Best Job of the Year - SC&RA 2015, Heavy Duty Carga Excedente 2016, Top Engenharías 2017, Heavy Duty Multimodal e Carga Excedente 2017, são reconhecimento da liderança da Transdata no setor de movimentação de cargas complexas, posicionando a Cia. como referência no Brasil. Compromisso social: Aliseo sempre privilegiará a contratação de mão-de-obra local para os trabalhos de campo. Iniciamos entendimentos com o Senai, do município de São João da Barra, para tratar do treinamento de mão-de-obra do Norte Fluminense. • Os sócios da Cia. já informaram aos acionistas do Porto do Açú sobre sua intenção de construir um centro de apoio técnico dentro do complexo portuário, como parte do programa de desenvolvimento social da região. • Aliseo manterá acompanhamento permanente das atividades de forma a assegurar o cumprimento dos Princípios do Equador. A Administração destaca que apesar de a Cia. ter apresentado durante o período Período de 26/04/22 a 31/12/22 prejuízo de R\$ 31.121 e, também, ter apresentado prejuízo acumulado de R\$ 31.121 em 31/12/22, mesmo assim, obtém o devido suporte das acionistas, e se mantém comprometido com o cumprimento do contrato de trabalho. • Seus trabalhos incluem, mas não se limitam a, o desenvolvimento de projetos de engenharia, projetos de engenharia de construção, projetos de engenharia de manutenção, bem como pelo cumprimento das obrigações societárias, fiscais, tributárias e demais obrigações típicas das sociedades empresariais. As Dfs. da Cia. referentes ao exercício financeiro findo em 31/12/22 foram preparadas tendo em conta a continuidade operacional da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. 2. Apresentação das Dfs.: Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Dfs. foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Declaração de conformidade: As Dfs. da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos do CPC, aprovadas pelo CFC. A Cia. considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Dfs.. Dessa forma, as informações relevantes próprias das Dfs. estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração: as demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Aplicável: Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cia. leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas Dfs. é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema. As Dfs. foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Dfs. foram apoiadas em fatos e dados objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Dfs.. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos quando aplicável, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências se aplicável. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas Dfs. devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Cia.. A emissão destas Dfs. foi autorizada pela Administração da Cia. em 29/05/23. Moeda funcional e moeda de apresentação: As Dfs. são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. Base de estimativas e julgamentos: A preparação de Dfs. de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revistas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e aplicadas de maneira prospectiva. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: Imobilizado: definição da vida útil do ativo imobilizado; • Imobilizado: premissas que envolvem o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment); • Arrendamentos: definição da taxa de desconto nos contratos de arrendamentos. Essas estimativas são revistas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. Efeitos da guerra na Ucrânia: A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, desencadeia uma série de considerações contábeis que afetam as Dfs.. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia, juntamente com outras sanções, incluindo proibições de comércio de commodities, taxas de câmbio, restrições às importações e exportações, disponibilidade de materiais e serviços locais e acesso a recursos locais afetarão diretamente as entidades que têm operações ou exposições significativas na Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia. A Cia. não sofreu impacto relativos aos efeitos da guerra na Ucrânia. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessa demonstração financeira, salvo indicação ao contrário. O resultado apurado de acordo com o regime contábil de competência do período a) Caixas e equivalentes de caixas: Incluem depósitos bancários a vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias a contar da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. b) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Cia.. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso. A Cia.</p>					
<p>utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo, a Cia. determinou classes de bens e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. c) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. i. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Cia. aplica o expediente prático, a Cia. mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Cia. para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não</p>					

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

7. Fornecedores e outras contas a pagar	31/12/22
Fornecedores nacionais	2.623
Fornecedores de imobilizado	65
Serviços profissionais	1.835
Seguros a pagar	239
Aluguéis a pagar	321
Frete a pagar	253
Outros	16
Total	2.664

O saldo de fornecedores se justifica pelos pagamentos parcelados e demais pagamentos de notas fiscais emitidas no próprio mês de dezembro de 2022 que serão pagas em 2023, porém são provisionadas para atender ao regime de competência. Os principais fornecedores da Cia. são: lojas de venda de equipamentos de proteção individual ("EPIs"), uniformes, ferramentas no geral, materiais de uso e consumo e combustíveis. Na conta de aluguel a pagar estão incluídos: aluguel de máquinas e equipamentos, veículos, de espaço como galpões e imóveis de uso da administração. **8. Direito de uso e arrendamentos:** A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento referente ao imóvel da OSX Porto do Açu localizado em São João da Barra no Rio de Janeiro:

	Ativo de direito de uso	Passivos de arrendamento
	2022	2022
Em 1º/01/22	-	-
Novos contratos	355.394	355.394
Despesa de depreciação	(11.847)	-
Provisão para juros	-	(1.876)
Pagamento de principal	-	-
Pagamento de juros	-	-
Em 31/12/22	343.547	357.270
Circulante	343.547	357.270
Não circulante	-	-
A Cia. aplicou uma taxa de desconto mensal de 1,60% para o cálculo do valor presente do contrato de arrendamento. O contrato de arrendamento possui um prazo de 30 anos e os respectivos fluxos de pagamento futuros do passivo não circulante são apresentados da seguinte forma:		

Período	31/12/2022
2024	14.445
2025	14.445
2026	14.445
2027	14.445
2028	14.445
2029	14.445
2030	14.445
2031	14.445
2032 - 2051	288.900
Pagamento de arrendamentos	404.460
Encargos financeiros	(54.412)
Valor presente dos pagamentos de arrendamentos	350.048

9. Debêntures: Em 24/10/22, foi realizado pela Cia. a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, em duas séries, da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A., com valor total da emissão em R\$205.000, sendo R\$155.000 na primeira série e R\$50.000 na segunda série. Durante o exercício de 2022, a Cia. recebeu R\$ 60.000 referente a uma parte da primeira série, tendo a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., como emissor das debêntures, de acordo com os termos da instrução 476/209 da CVM. A Cia. capitalizou custos incorridos na captação das debêntures no montante de R\$478, sendo apresentado em conta redutora do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro. Os custos capitalizados serão amortizados no mesmo prazo da dívida. Em 31/12/22, a Cia. reconheceu juros no montante de R\$911.

Instituição financeira	Forma de pagamento	Vencimento	Custo da dívida	Garantias	31/12/22
XP (*)	Mensal	12/2027	IPCA + 10% a.a.	50.000 (i)	60.433
					60.433
					6.573
					53.860

Os recursos recebidos devem ser destinados a implementação da infraestrutura que viabilizará a prestação dos serviços descritos em contrato celebrado com a Petrobras, constituição e caixa mínimo, constituição do capital de giro e eventuais despesas pré-operacionais. (i) **Garantias:** Das garantias da primeira série: 1) Alienação Fiduciária de 100% das ações da Emissora, conforme instrumento próprio a ser celebrado no âmbito da Operação; 2) Cessão Fiduciária da totalidade dos direitos econômicos da Emissora e/ou do "Consorto 3T" (formado por Transdata, TPAR e TOP), incluindo, mas não se limitando, a totalidade dos direitos econômicos atrelados ao Contrato Petrobras, conforme instrumento próprio a ser celebrado no âmbito da Operação; 3) Cessão Fiduciária da Conta Reserva da Primeira Série, conforme definido no item 6, abaixo; 4) ESA (Equity Support Agreement) dos Acionistas, prestada de forma proporcional, no limite total de R\$50.000. Das garantias da segunda série: 1) A segunda série irá compartilhar as garantias primeira série em caráter de subordinação à primeira série, de forma que em uma eventual execução irá receber os recursos que sobejarem do pagamento integral da primeira série. Adicionalmente, a segunda série terá direito à cessão fiduciária da conta reserva da segunda série. (ii) **Demais características das debêntures:** 1) Amortização e pagamento de juros da primeira série: o pagamento de juros e amortização de principal referentes à Primeira Série serão realizados mensalmente, com cronograma de amortização customizado, a partir: do primeiro mês subsequente ao início do prazo de execução do Contrato Petrobras, ou de agosto de 2023, o que ocorrer primeiro. 2) Amortização e pagamento de juros da segunda série: o pagamento de juros e amortização de principal referentes à Segunda Série serão realizados mensalmente, com cronograma de amortização customizado, a partir: do primeiro mês subsequente ao início do prazo de execução do Contrato Petrobras, ou de agosto de 2023, o que ocorrer primeiro. Qualquer pagamento de juros e amortização de principal da Segunda Série deverá ser realizado apenas após o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias da Primeira Série do mês em questão. 3) Conta reserva da primeira e segunda série: deverá ser mantido em conta vinculada saldo

equivalente à 3 parcelas de juros e amortização de principal da Primeira Série das Debêntures ("Montante Mínimo"), apurados mensalmente pelo agente fiduciário das Debêntures, após cada evento de pagamento de juros e principal. A Conta Reserva da Primeira Série deverá ser preenchida de forma linear em até 6 meses contados a partir: do início do prazo de execução do Contrato Petrobras, ou de agosto de 2023, o que vier primeiro. 4) Caixa mínimo: a Cia. deverá manter em caixa saldo equivalente a soma dos custos e despesas da Cia. referentes ao período de 30 dias de operação. (iii) **Covenants e restrições:** São previstos no contrato os seguintes covenants e restrições: 1) Manutenção do montante mínimo na conta reserva. A Emissora obriga-se a manter na Conta Livre Movimento (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) para fins de capital de giro o montante de no mínimo R\$ 15.000 ("Caixa Mínimo") em cada Data de Verificação. 2) Restrição para contratação, pela Cia., de novos instrumentos de financiamentos além do descrito nesta Proposta. 3) Com relação à primeira série, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD Primeira Série") anual superior a 1,20x, sendo que o cálculo do ICSD primeira série deverá ser realizada segundo a seguinte fórmula: (EBITDA com base na demonstração financeira auditada da Cia. - investimentos em manutenção do ativo imobilizado - variação do capital de giro da Cia. - pagamento de IRPJ e CSLL pela Cia.) / (serviço da dívida da Primeira Série). A Cia. deverá apresentar o cálculo do ICSD com base nas Dfs. anuais somente no exercício a ser encerrado em 31/12/24 e exercícios subsequentes. (iii) **Covenants e restrições:** 4) Com relação à segunda série, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD Segunda Série") anual superior a 1,00x, sendo que o cálculo do ICSD segunda série deverá ser realizada segundo a seguinte fórmula: (EBITDA com base na demonstração financeira auditada da Cia. - investimentos em manutenção do ativo imobilizado - variação do capital de giro da Cia. - pagamento de IRPJ e CSLL pela Cia.) / (serviço da dívida da Primeira Série + serviço da dívida da Segunda Série). A Cia. deverá apresentar o cálculo do ICSD com base nas Dfs. anuais somente no exercício a ser encerrado em 31/12/24 e exercícios subsequentes. 5) Restrição para distribuição de proventos aos acionistas caso o ICSD segunda série apurado seja inferior a 1,25x, sendo certo que, caso o ICSD segunda série apurado seja superior a 1,25x, o montante que sobejá-lo poderá ser distribuído aos Acionistas; - Eventos de vencimento antecipado vinculados aos cronogramas de implantação do Projeto; 6) Restrição para alienação de ações da Cia. por seus Acionistas sem anuência prévia do Investidor; 7) Restrição para troca de controle, direito ou indireto, da Cia. sem anuência prévia do Investidor; 8) Manutenção de todas as licenças para a operação plena e restrita das atividades da Cia.; 9) Covenants típicos de operações de financiamento, a serem discutidos durante a estruturação da Operação. (iv) **Movimentação de debêntures:**

	31/12/22
Saldo inicial em 01.01.22	-
Emissão de debêntures - Primeira Série	59.522
Encargos financeiros	911
Saldo final em 31.12.22	60.433

(v) Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

Período	31/12/22
2023	6.573
2024	13.333
2025	13.333
2026	13.333
2027	13.361
Total	60.433

10. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31/12/22, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 40.000, equivalentes a 40.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 cada ação.

Ações em 31/12/22	Quantidade	%
Transdata Engenharia e Movimentação Ltda.	20.000	50,00%
Tpar Operadora Portuária S.A.	16.000	40,00%
Tpar Terminal Portuário de Angra dos Reis S.A.	4.000	10,00%
Total	40.000	100,00%

b) **Integralização de capital ocorridas em 2022:** Em Assembleia de Constituição protocolada em 18/04/22, a Aliseo inicia suas atividades com capital social de R\$ 10, dividido em 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 cada. Em AGE protocolada em 09/05/22, a Aliseo aumenta seu capital social em R\$ 19.990, totalizando um capital de R\$ 20.000. Em 19/08/22, a Aliseo aumenta seu capital social em R\$ 20.000 totalizando um capital social de R\$40.000, totalmente integralizados. Parte do capital que foi integralizado são compostos por despesas incorridas e desembolsadas pelos sócios TPAR e Transdata em período anterior a abertura de conta corrente.

11. Despesas gerais e administrativas

31/12/2022	11.906
Despesas com depreciações	1.208
Aluguéis (condomínio, veículos, máquinas e equipamentos, e outros)	1.203
Serviços profissionais pessoa jurídica	1.160
Serviços de engenharia	626
Consultorias	667
Honorários advocatícios	516
Viagens e estadias	412
Combustíveis e lubrificantes	42
Coleta, transporte e congêneres	296
Alimentação	205
Seguros	124
Frete e carretos	105
Outros gastos pré-operacionais	7.417
Outros	2.146
Total	27.956

12. Despesas com pessoal:

31/12/2022	1.564
Salários	511
INSS	190
Férias	137
13º salário	150
FGTS	26
Outros	2.848
Total	31/12/2022
Receita financeira	(175)
Juros passivos	1.881
Juros e multas	11
Tarifas bancárias	6
IOF	97
Total	1.820

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

seguinte mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Cia.. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de financiamentos, e suas alterações e recalculamos os índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants qualitativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 9. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as debêntures e correspondentes cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração para avaliar as cláusulas restritivas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia., cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Instrumentos financeiros	31/12/22	Mensuração a valor justo
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalência de caixa	18.415	Nível 1
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Debêntures	60.433	Nível 1
Arrendamento	357.270	Nível 2

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Cia. poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, os quais são reconhecidos nas Dfs. pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. No decorrer do exercício findo em 31/12/22, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. A Cia. não tem a prática de operar com derivativos nem nenhum outro ativo que apresentem características especulativas. No exercício findo em 31/12/22, a Cia. não possuía instrumentos financeiros não contabilizados nem instrumentos financeiros derivativos. b) **Gerenciamento de riscos:** Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de adiantamento a fornecedores e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis pois são registrados a valores praticados no mercado no momento inicial e testados ao valor recuperável. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. i. **Risco de liquidez:** É o risco da Cia. encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Cia. Existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais. Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração. A Cia. acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

	Até	1 a	2 a	3 a	4 a	5 a	6 a
	31/12/22	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos
Fornecedores	2.688	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.529	-	-	-	-	-	-
Debêntures	60.433	53.860	40.527	27.194	13.861	-	-
Arrendamentos	350.048	350.048	335.603	321.158	306.713	292.268	277.823
Total	415.688	403.908	376.130	348.352	320.874	292.268	277.823

ii. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição da Cia. a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e os adiantamentos a fornecedores. O risco de crédito do cliente é gerenciado pela Administração da Cia. e o principal risco está associado aos adiantamentos a fornecedores, alocados diretamente no projeto da obra do Cais que irá viabilizar a prestação de serviço à Petrobras, e ao próprio objetivo da Cia. que é o oferecimento da sua infraestrutura. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pela Administração da Cia.. Os investimentos de recursos são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima da Cia. ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31/12/22 são os valores contábeis de seus ativos financeiros, conforme apresentado abaixo:

	31/12/22
Aplicação financeira - Banco Santander	9.023
Aplicação financeira - Banco do Brasil	9.389
Adiantamento a fornecedores	4.291
Total	22.703

iii. **Risco de juros:** Embora a Cia. tenha apresentado no período emissão de debêntures, o pagamento dos juros remuneratórios referentes à Primeira Série e sua amortização deverá ser realizada somente a partir do primeiro mês subsequente ao início do prazo de execução do contrato da Petrobras, ou em agosto de 2023, o que ocorrer primeiro. E, qualquer pagamento de juros e amortização de principal da Segunda Série deverá ser realizado apenas após o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias da Primeira Série do mês em questão. **15. Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A Cia. possui os seguintes seguros envolvendo riscos de engenharia relativos à obra do cais, devidamente apropriados mensalmente conforme CPC 11: i. Cobertura: Responsabilidade Civil - obras civis e/ou serviços de montagem e instalação de máquinas e/ou equipamentos, incluindo: - resp. civil cruzada, - fundações, - erro de projeto, - poluição súbita, - prejuízos financeiros e/ou perdas financeiras - despesas de defesa em juízo - despesas de contenção de sinistros - empregador. Seguradora: Fairfax Brasil Seguros Corporativo. Limite Máximo de indenização: R\$ 10.000 Prêmio: R\$ 59. Vigência 16/09/22 a 01/12/23. ii. Cobertura: Básica, danos em consequência de erro de projeto excluindo itself, riscos do fabricante excluindo itself, despesas com honorários de perito, despesas de salvamento e contenção de sinistros, despesas com desentulho, tumultos. Seguradora: Allianz SE. Limite Máximo de indenização: R\$ 20.000 Prêmio: R\$ 289. Vigência: 05/09/22 até 01/12/23. **16. Eventos subsequentes:** Em 2023, a Cia. recebeu os seguintes valores referente às debêntures que compreendem a primeira série das debêntures conforme apresentado na nota 9: R\$ 20.000 em 16/01/23, R\$ 20.000 em 17/02/23, R\$ 40.000 em 15/03/23 e R\$ 20.000 em 27/04/23, totalizando o montante de R\$ 160.000.

Everton Generoso de Assunção Ferreira
CRC: RJ-107186/0-7
Contador responsável técnico

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29/05/23. ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP034519/O
Fabio Bobis dos Santos - Contador - CRC-SP244545/O

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26/04/22 a 31/12/22, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/22, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 26/04/22 a 31/12/22, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cia. **Debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado na nota explicativa 9, a Cia. possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas, no montante de R\$60.433 mil. Adicionalmente, dada a natureza destas operações financeiras, a Cia. está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("Covenants"). O atendimento da Cia., incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e con-



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>